

3

A influência do legado familiar na escolha profissional

3.1.

Transmissão psíquica entre gerações

A questão da transmissão psíquica entre gerações vem sendo estudada por diversos teóricos, tanto na abordagem psicanalítica, quanto na sistêmica (Bertin e Passos, 2003). Os estudos sobre a transmissão psíquica, dentro da dimensão psicanalítica, priorizam a relação entre os conteúdos inconscientes, que são transmitidos de geração a geração, em uma mesma cadeia familiar. Já, na visão sistêmica de família, o foco é o sistema ao invés do indivíduo, priorizando as relações intersubjetivas e a homeostase do sistema.

Segundo Wagner (2005), o estudo da transmissão familiar focaliza a variedade de padrões familiares que se repetem de uma geração a outra, mesmo que as pessoas envolvidas não percebam. Este padrão define-se a partir de legados, valores, crenças, segredos, ritos e mitos que se perpetuam e fazem parte da história da família. A maneira como a família e seus membros vivenciam as diversas etapas do ciclo vital, suas facilidades ou dificuldades ao enfrentar as demandas evolutivas, é explicada, muitas vezes, pelos componentes emocionais que foram herdados de seus antepassados.

De acordo com Falcke e Wagner (2005), encontramos, nas culturas mais diversas, a força da família em sua perpetuação, através da transmissão de seus legados de geração em geração. O fenômeno da transmissão geracional, não só dá identidade à família, como também, explica as particularidades que caracterizam o funcionamento familiar da última geração.

Em todas as famílias, ocorre a transmissão de valores, crenças, mitos e legados de uma geração para outra. As relações familiares estabelecidas, desde o nascimento, são as mais importantes da vida e vão representar o comportamento

futuro de determinada geração. A identidade do sujeito irá se constituir a partir deste legado familiar que, também, definirá o lugar que ele passará a assumir na família.

Falcke e Wagner (2005) realizaram uma revisão da literatura sobre os fenômenos transgeracionais e descreveram cada um deles, apresentando as possíveis diferenças entre tais conceitos, suas principais características e apontando os principais estudiosos. Os seguintes fenômenos transgeracionais foram encontrados por elas: lealdades, valores, crenças, mitos, segredos, ritos ou rituais e legados. Para as autoras, as lealdades são forças que tornam o sujeito um membro efetivo do grupo e lhe exigem, em troca, o compromisso de cumprir os mandatos do sistema; marcam o pertencimento e buscam criar um vínculo entre os membros, inclusive transgeracionalmente. Já os valores são aspectos que a família ou grupo se preocupam em transmitir aos seus descendentes e correspondem à ideologia do sistema familiar, podendo ser explícitos ou implícitos.

Com relação às crenças, as autoras pontuam que se referem a um conjunto de pressupostos em relação ao que é certo ou errado e que, em função disso, devem ser incorporado pela família ou não. Além disso, constituem-se na base da identidade familiar. Já os mitos têm a finalidade de garantir a coesão da família e servem para encobrir uma realidade penosa.

Os segredos referem-se a atitudes de esconder fatos e sentimentos que não correspondem aos padrões familiares e sociais ou que dizem respeito à privacidade do sujeito. De acordo com as autoras, os ritos ou rituais são cerimônias com regras determinadas que têm como função transmitir os mitos familiares e ensinar os membros sobre valores, atitudes e comportamentos. E, por fim, os legados são fenômenos que revelam às gerações seguintes os principais aspectos da família atual e o que se espera que tenha continuidade. Eles incluem instruções com relação à maneira como deve constituir-se a família da geração seguinte.

Estes fenômenos estão num processo contínuo de interação, não se expressando de forma isolada na dinâmica familiar. Os legados ficam expressos como a integração de todos estes conceitos e fazem a seleção do conteúdo que será transmitido às próximas gerações.

Ao longo do ciclo de vida, as famílias estão suscetíveis a crises, que apesar de gerarem instabilidades, impulsionam ao crescimento e amadurecimento. Desta forma, a crise gera uma instabilidade temporária e cria a necessidade de uma reorganização das relações entre os membros da família e a descoberta de novas regras de funcionamento. Nestes momentos de crise, fica mais evidente a força dos padrões familiares transgeracionais. Acredita-se que o sujeito, conhecendo os processos transmitidos transgeracionalmente na sua família, pode fazer uma opção mais consciente do que deseja para sua vida. Desta forma, a experiência passada pode ser modificada, no futuro, caso o sujeito compreenda a sua história, alcançando uma posição diferenciada dentro da família e construindo uma realidade diferente, deixando de obedecer “cegamente” o que está sendo passado através das gerações.

No processo de transmissão, tanto pode haver uma urgência em transmitir como em interromper este processo. A urgência está ligada às exigências de conservação e continuidade da vida psíquica, já a interrupção está relacionada às exigências de caráter proibitivo. Segundo Pereira (2005), muitas vezes, o que é impronunciável numa primeira geração, se transforma em inominável numa segunda e impensável numa terceira que, vendo-se impossibilitada de representar em seu psiquismo tais segredos ou lutos, ficará sujeita a viver com enigmas e fantasmas.

Na visão psicanalítica de Ruiz Correa (2000), todos nós somos portadores de uma herança genealógica que constitui o fundamento de nossa vida psíquica e que se processa em nível inconsciente. Em diversas etapas da vida, se impõe ao sujeito a questão de como lidar com o legado geracional e com sua pertença a uma filiação. O espaço por excelência deste processo é o grupo familiar onde se articulam diversos mecanismos de identificação, lugar de circulação da transmissão psíquica.

De acordo com a autora, o grupo familiar é o espaço privilegiado tanto da transmissão psíquica geracional inconsciente quanto da transmissão cultural. Todo indivíduo parte da precocidade de seu desenvolvimento e transforma-se em sujeito fazendo parte de uma ordem simbólica, mediada pela cultura e pela linguagem.

Kaës (1998) relata que a questão da precedência do outro e de mais de um outro no destino do sujeito continua como uma espécie de desafio ao entendimento

da vida psíquica. A questão do sujeito define-se, cada vez mais, no espaço intersubjetivo, ou seja, no espaço e no tempo da geração, do familiar e do grupal.

Para se compreender a transmissão psíquica e sua influência nas gerações, é necessário levar em consideração a formação de um aparelho psíquico familiar. De acordo com André-Fustier e Aubertel (1998), o aparelho psíquico familiar é uma aparelhagem psíquica comum e partilhada pelos membros de uma família, cuja função é a de articular o funcionamento das relações familiares com os funcionamentos psíquicos individuais de cada um dos membros da família.

Este aparelho possui uma estrutura inconsciente que se refere a um conjunto de regulações que organiza e dá sentido às relações familiares. Cada um dos membros do casal, ao se unir e gerar uma criança, está trazendo sua psique individual, que contém suas histórias, seus mitos e suas heranças. Sendo assim, o novo casal, ao conceber um filho, irá transmitir a ele esses conteúdos, vindos de ambas as ascendências (Bertin e Passos, 2003).

As heranças psíquicas, por um lado, garantem a conservação da história familiar, mas por outro, também transmite aos filhos a responsabilidade de superar as questões que permaneceram suspensas ou não elaboradas no inconsciente de seus pais e avós.

Sabe-se que o discurso familiar é repleto de enunciados com os quais a criança se identifica e a partir dos quais se constitui, podendo ser manifestados alguns “mandatos” oriundos de uma geração anterior. Desta forma, o discurso que antecede a chegada de um filho contém tanto as expectativas dos pais como a das gerações que os precederam. São estas expectativas que irão criar um “caminho” a ser seguido, designando o lugar, a posição e a função da criança no cenário da vida familiar.

De acordo com Kaës (2001), é inquestionável o fato de que somos colocados no mundo por mais de um outro, por mais de um sexo, e que nossa pré-história faz de cada um de nós, bem antes de nascermos, o sujeito de um conjunto intersubjetivo, cujos sujeitos nos têm e nos mantêm como servidores e herdeiros de seus “sonhos”, de desejos insatisfeitos, de seus recalamentos e de suas renúncias, na malha de seus discursos, de suas fantasias e de suas histórias.

Segundo Piva (2006), o tema da transmissão psíquica faz compreender o sujeito como herdeiro de múltiplas experiências ancestrais, que tanto podem enriquecê-lo quanto torná-lo prisioneiro de uma história que não é sua. Sabe-se que a transmissão psíquica é universal e co-formadora de subjetividade, além disso, ela nunca é passiva, pois existe sempre um processo ativo, onde a mesma deixa sua marca no sujeito, através de complexas operações de reinscrição e transformação, que serão sempre singulares e únicas. O processo da transmissão pode acontecer através de uma elaboração, quando uma geração consegue transformar aquilo que recebe, apropriando-se do herdado. Esta forma de trabalho possibilita inscrever cada sujeito em uma cadeia como pertencente a um grupo, dono de uma história e de um lugar. Por outro lado, quando o herdado é apenas acatado, sem elaboração, sem ligação, estamos no território da compulsão à repetição, da alienação. O herdado passa a ser como um destino a cumprir.

“A transmissão geracional é um processo de ligação e transformação. Se falhar a transmissão adequada, pode tornar-se alienante e desestruturante, por não ter sido transformada, metabolizada, contextualizada”.

(Severo, 2006, p. 268)

Ruiz Correa (2000) fala sobre dois tipos de transmissão: a transmissão psíquica intergeracional que inclui aspectos da metabolização do material psíquico transmitido por uma geração próxima que, transformado, passa para a seguinte; e a transmissão psíquica transgeracional, que se refere a uma modalidade problemática da transmissão, que inclui os objetos psíquicos de uma herança genealógica mais distante, onde encontramos lacunas e vazios de transmissão. São aspectos da chamada denegação pelo não revelado e que incluem, por exemplo, o que foi escondido ou calado pelos ancestrais, bloqueando os processos de transformação psíquica.

De acordo com Trachtenberg (2005), as transmissões transgeracionais inauguram uma cadeia traumática transgeracional, que é dominada pela repetição, em detrimento da memória e da historização do sujeito, enquanto as transmissões intergeracionais tornam possível o estabelecimento de um elo geracional.

O sujeito é herdeiro dos desejos que precedem a sua existência e que organizam o seu próprio desejo. Ele deve acolher, apropriar-se e transformar o que

lhe foi transmitido, mesmo que nem sempre isto ocorra com sucesso. As transformações que são solicitadas ao sujeito pela transmissão psíquica intergeracional podem falhar e, ao invés de tornar-se um processo estruturante, pode tornar-se alienante, atravessando o inconsciente das gerações e se impondo aos seus descendentes.

Para Trachtenberg (2005), nas transmissões intergeracionais, o sujeito não é somente beneficiário, herdeiro, servidor forçado, mas também receptor singular daquilo que lhe é transmitido. Trata-se de um trabalho psíquico de elaboração que tem relação com o sujeito e com o grupo, favorecendo transformações e conduzindo a uma diferenciação, ou seja, uma evolução entre o que é transmitido e o que é herdado. Esse trabalho permite a cada geração situar-se em relação às outras, perceber e respeitar as diferenças entre elas, tornar-se um elo e inscrever cada sujeito em uma cadeia e em um grupo.

Segundo a autora, várias situações podem destruir a capacidade e a função parentais, tais como: lutos não-elaborados, segredos, histórias lacunares, histórias de violência, traumas que não puderam ser transformados, simbolizados ou historizados. Essas situações podem comprometer fortemente a capacidade metabolizadora parental de ansiedades primitivas do bebê. Dessa forma, o trauma pode inaugurar, na história de vários sujeitos, as condições para as transmissões transgeracionais, carentes do espaço de transcrição transformadora. O trauma não elaborado pode interromper a transmissão intergeracional. Então, passa a existir outra forma de transmissão, só que defeituosa, transgeracional, que atravessa o psiquismo, invadindo-o violentamente, numa passagem direta de uma geração a outra, sem preservação dos espaços subjetivos e intersubjetivos.

No entanto, o que se transmite não é só o negativo (o que não se contém, o que não se recorda, o significativo bruto, sem ter passado por uma operação de transcrição e transformação), mas também aquilo que ampara e assegura as continuidades narcísicas, a manutenção dos vínculos intersubjetivos, a conservação das formas e dos processos de conservação e de complexidade da vida: ideais, mecanismos de defesa, certezas, dúvidas e identificações (Kaës, 1998).

“Os processos de transmissão são sustentados por mecanismos de identificação, junto a um interjogo de projeções-introjeções e incorporações, assim como por uma referência ao superego parental. Neste espaço psíquico intersubjetivo se processa a transmissão psíquica geracional, que precisa ser metabolizada e sofrer transformações”.

(Ruiz Correa, 2003, p. 35)

O processo de transmissão psíquica geracional solicita um trabalho psíquico inconsciente constante, de elaboração e de transformação. Um sujeito não pode inventar totalmente a sua história, ele se baseará nos legados de seus antecessores e, a partir destes dados, irá construir a sua identidade e conquistar o seu lugar no grupo familiar.

Sabe-se que os tempos iniciais da transmissão psíquica consistem na inscrição do bebê na família, o que mobiliza o grupo para a tarefa pré-consciente e inconsciente da construção de uma matriz de representações, de imagens e de lembranças. É no espaço do grupo familiar que se transmitem objetos transformáveis e não transformáveis, evidenciados no “negativo” da transmissão, isto é, tudo aquilo que não foi revelado. Esses objetos tendem a continuar escondidos e, dessa forma, podemos considerá-la uma transmissão não-representável ou impossível de ser totalmente simbolizada (Ruiz Correa, 2000).

Segundo Gomes (2007), a história familiar herdada das gerações anteriores está presente na formação do psiquismo do sujeito. Dependendo da forma como ele a recebe, pode tornar-se um herdeiro ou prisioneiro dessa herança. Tudo irá depender da possibilidade que o psiquismo do sujeito tem de elaborar as heranças psíquicas recebidas.

A transmissão geracional implica um trabalho psíquico que faz referência ao sujeito singular e ao grupo. Ruiz Correa (2000) acredita que transmitir é transvasar um objeto, uma história e os afetos, não só de uma pessoa para outra, mas também, de uma geração para outra, configurando uma determinada distância entre transmissor e receptor. Para a autora, o discurso parental e o discurso social, que dão suporte aos processos de transmissão psíquica, configuram uma série de significações que estão carregadas de afeto, interferindo na construção da subjetividade, dando espaço para o estabelecimento de formas contemporâneas de patologias.

3.2.

Transmissão geracional e escolha da profissão

Desde a gestação, o bebê já recebe várias mensagens de seus cuidadores. A forma como sua mãe o carregará, ninará, alimentará, sua voz e as palavras que serão ditas, tudo isso vai sendo absorvido e captado por esse pequeno ser, que já virá ao mundo com uma carga de investimentos, um nome, um sobrenome, uma história a ser elaborada. Mesmo na barriga, seus movimentos e atos, ainda que biológicos, já serão interpretados, entendidos dentro de uma história passada. Além disso, sabemos que a chegada de um filho marca a reestruturação do casal em família.

Há a criação de um novo vínculo, o vínculo de filiação, com expectativas, investimentos, esperanças e os projetos que lhe são inerentes. No entanto, quando o vínculo de filiação tem um funcionamento, predominantemente, narcisista, o filho é transformado em extensão dos pais, o que tolherá o aparecimento de características próprias, tornando-o apenas uma repetição da história materna e paterna, impedindo-o de construir seu próprio caminho, diferente do esperado e desejado pelos pais (Chemin, 2006).

Segundo Trachtenberg e Chem (2005), a relação que os pais mantêm com o filho possui a marca da relação do casal com o meio social, sendo que podemos dizer que, no investimento dos pais no bebê, está presente a demanda do grupo pela preservação de valores e leis. Por outro lado, o bebê demanda ao grupo e aos pais o reconhecimento de pertencimento.

“A família é um grupo com características singulares e plurais, que reúne elementos de continuidade e contiguidade e incluem laços de aliança, filiação e fraternidade”.
(Ruiz Correa, 2000, p. 35)

De acordo com Gabel e Soares (2006), nos filhos pequenos, o cumprimento das expectativas se dá por meio de medidas disciplinares externas, como por exemplo, os castigos, as punições, a imposição de horários e rotinas, sendo que, nos filhos mais velhos e nos adultos, as expectativas podem ser cumpridas por compromissos de lealdade internalizados. Em relação à escolha

profissional, observa-se que em algumas famílias há o compromisso internalizado de seguir, por exemplo, os negócios do pai. O não cumprimento destas expectativas familiares leva o membro da família a um sentimento de culpa. A partir do momento em que é internalizada, a lealdade passa a ser não só uma característica grupal, como também uma atitude individual, que vai além da identificação com o grupo.

Desta forma, os pais podem desejar que os filhos sigam a mesma profissão que eles, ou de algum de seus antecedentes, ou realizem um sonho profissional que não conseguiram realizar. O filho pode se tornar depositário das aspirações que os pais não alcançaram, sendo responsável por atuar numa profissão que, por algum motivo, eles não seguiram. O adolescente pode, então, se sentir culpado por não estar acatando o projeto que os pais idealizaram para ele, sendo impedido de construir seu próprio caminho. Segundo Chemin (2006), nesta situação, o sujeito pode se constituir tanto como culpado quanto como devedor. Devedor de seus ancestrais, em dívida com seus antepassados mortos, devedor de uma dívida impossível de ser paga e que se subjetivará como culpa. Para a autora, a discordância de um dos membros da família gera sentimento de angústia no grupo, que pune o membro discordante com isolamento e solidão e, por outro lado, a concordância e adequação aos ideais do grupo geram sentimentos de satisfação e plenitude narcísica.

De acordo com Teixeira e Hashimoto (2005), faz-se necessário compreender que algo foge ao controle do próprio sujeito, pois ele é constituído pelo e no desejo do outro, ou seja, daquele que o precede. Desta forma, o sujeito se mantém herdeiro dos sonhos insatisfeitos, dos recalcamientos e das renúncias que passam por intermédio dos discursos, das fantasias e da própria história familiar.

A escolha de uma profissão pode estar a serviço de uma tentativa de reparar, de “consertar” algo que se encontra mal elaborado dentro do sujeito, ou ainda, a escolha pode surgir como significante de um conflito grupal, numa tentativa de representar tais conteúdos e apresentar uma possível solução. Imagina-se que ao adquirir aqueles conhecimentos ou desempenhar determinada ocupação, a pessoa possa se livrar das sensações interiores dolorosas (Dias, 1995).

O herdado apóia-se em diferentes vias de transmissão, como o discurso familiar, a identificação e a trama fantasmática (Piva, 2006). A identidade do sujeito se constitui a partir deste legado familiar que define o lugar que ele assumirá na família.

De acordo com Magalhães e Féres-Carneiro (2007), o mecanismo de identificação constitui a base do processo de transmissão psíquica. A comunicação de conteúdos inconscientes familiares acontece por intermédio das identificações familiares, a partir das relações mais significativas da vida do sujeito. Os legados familiares nos fazem refletir sobre o que herdamos do outro, o que recebemos e transmitimos, a bagagem que nos constitui, que foi transmitida na cadeia de gerações.

Para Falcke e Wagner (2005), é comum a atribuição precoce de mandatos em gerações sucessivas de uma família e a importância familiar, dada a esta atribuição, irá determinar o poder e o quanto este mandato passará a fazer parte do modo de viver do sujeito. Sabe-se que a frustração da expectativa familiar, ou seja, a recusa de cumprir determinado papel ou função, poderá gerar sentimentos de abandono e solidão.

De acordo com André-Fustier e Aubertel (1998), a tarefa da família é de perpetuação, na medida em que a mesma deve prolongar-se além da morte dos indivíduos, deve conservar-se idêntica a si mesma e deve procurar, permanentemente, o equilíbrio do grupo nuclear e a estabilidade da identidade familiar. Cada sujeito é um indivíduo com seu mundo interno, seu próprio psiquismo, mas está incluído em um conjunto familiar e social, que define seu lugar de indivíduo e que forma uma parte de sua identidade. O contrato narcísico corresponde às expectativas que a criança terá de preencher em troca do investimento, do qual será objeto, pela família. Ela terá a missão de perpetuar a cadeia de geração e de assegurar a identidade familiar, devendo retomar e transmitir os enunciados históricos e familiares, às vezes, mesmo quando tais enunciados estão em contradição com suas próprias percepções internas e externas.

O impacto das questões transgeracionais ocorre, principalmente, em momentos específicos do percurso familiar, ao longo do tempo. Há momentos do ciclo vital nos quais o sujeito se depara de forma mais direta com as questões da

sua família de origem. Geralmente, períodos de crise podem levar a uma estagnação ou serem impulsionadores de mudanças evolutivas (Falcke e Wagner, 2005).

Para Carter e McGoldrick (1995), o estresse familiar é, geralmente, maior nos pontos de mudança de um estágio para outro no processo desenvolvimental familiar. As autoras utilizam o termo ciclo de vida familiar para definir as etapas evolutivas pelas quais as famílias passam, usando como base o tempo e as novas condutas necessárias nos próximos períodos de desenvolvimento. Elas falam em estressores verticais e horizontais. Os estressores verticais incluem padrões de relacionamento e funcionamento que são transmitidos para as gerações seguintes de uma família, onde estão presentes todas as atitudes, tabus, expectativas, rótulos e questões opressivas familiares. Já, os estressores horizontais incluem a ansiedade gerada pelas mudanças e transições do ciclo de vida conforme a família avança no tempo, incluindo os estresses desenvolvimentais predizíveis e os imprevisíveis. As autoras pontuam que, quando o estresse horizontal (desenvolvimental) faz uma inserção com o vertical (transgeracional), há um aumento importante de ansiedade no sistema.

Podemos refletir sobre o momento do ciclo de vida em que o adolescente se encontra. A escolha profissional é a “porta de entrada” para o mundo adulto, gerando angústia e questionamentos. Neste período, os adolescentes desejam mais liberdade e experiências fora do lar, trazendo questões e dúvidas com relação à ordem e às regras estabelecidas pela família. Já os pais, repensam o que realizaram até o momento e questionam sua própria vida profissional. Esta transição do ciclo de vida gera estresse e mobiliza toda família.

A família é a matriz da identidade e cada uma estabelece um conjunto de exigências funcionais que organiza a forma pela qual seus membros interagem. Como já foi apontado, antes mesmo de a criança nascer, são depositadas diversas expectativas com relação ao seu desenvolvimento pessoal e profissional. Ela é lançada num meio familiar no qual se identifica, se estrutura, se constitui e se constrói como sujeito, além disso, já tem um lugar na vida psíquica de sua família.

Quando chega a adolescência, pensar na escolha da profissão é resgatar e conhecer as expectativas de diversas gerações familiares. A valorização ou

desvalorização de certas profissões, escutada desde a infância, vai influenciar no momento da escolha profissional. Então, é inevitável que o adolescente procure escolher uma profissão que esteja relacionada com os valores da família, pois desde pequeno foram internalizados os princípios do meio em que ele vive (Filomeno, 2005).

Segundo Andrade (1997), é no seio familiar que são estabelecidos os eixos da estruturação da personalidade ocupacional do indivíduo. É nele que se estruturam as bases dos conceitos e dos principais aspectos que nortearão as relações do indivíduo com o mundo do trabalho, durante toda a vida. Em sua maioria, essa influência da ideologia familiar sobre os valores e conceitos ocupacionais é indireta e não explícita. No grupo familiar, com seus mitos e conflitos internos, as identificações ocorrem com o grupo em sua totalidade, com os seus sistemas de valores, com os indivíduos que os constituem e com o papel e *status* do indivíduo no grupo. O que mais importa não é apenas o grupo ao qual o indivíduo pertence, mas o papel que o indivíduo desempenha dentro dele.

Sabe-se que o que foi legado a um sujeito influencia de forma poderosa toda sua vida. À medida que as pessoas nascem dentro de uma determinada família, ocupam um lugar e recebem expectativas que as levam a dar cumprimento a determinados “mandatos”. Para Dias (1995), o tipo de escolha profissional pode estar, muitas vezes, visando reparar vivências dolorosas anteriores que permaneceram no psiquismo do sujeito. Os processos vividos no universo familiar se relacionam e condicionam o tipo de escolha profissional realizada por um de seus membros e ela pode configurar-se como um sintoma produzido no grupo familiar, expresso nas dúvidas e certezas do membro que está diante da escolha.

De acordo com Nascimento (1995), diversos fatores influenciam na escolha profissional, dentre eles, a questão do *status* social que a profissão permite atingir, características de personalidade daquele que escolhe, as identificações anteriores realizadas em seu meio social e afetivo, seu ideal de ego, seu superego e o próprio ego e suas defesas. No entanto, percebe-se que quando alguém escolhe uma carreira, alguns aspectos que o mobilizam em determinado caminho podem estar claros e transparentes, porém, ainda fica muito obscuro o processo que realizou para chegar a tal escolha. Isso acontece, pois, neste processo, também ocorrem fantasias inconscientes.

Para a autora, na atividade profissional, o sujeito vai estar repetindo o seu modelo mais fundamental, semelhante ao modelo com que em sua infância estabeleceu as suas relações objetais. Observa-se, através da profissão, como se manifestam os seus objetos (perseguidores, danificados ou passíveis de restauração) e quais as defesas que o sujeito utiliza para lidar com os objetos que lhe causam angústia. Por outro lado, quanto mais madura for a pessoa, quanto menos ameaçada ela for por seus objetos internos e for capaz de tolerar a ambivalência e a culpa, mais a escolha profissional será saudável e madura. São pessoas que, provavelmente, terão uma adaptação mais tranqüila às atividades da profissão escolhida e que na sua relação com o trabalho estarão mais livres para criar.

Não se pode pensar que os profissionais que escolhem “aliviar o sofrimento dos outros”, através de atividades como a medicina, a psicologia ou o serviço social, etc., estejam reparando e restaurando mais os objetos danificados de seu psiquismo do que, por exemplo, um professor de matemática. Os primeiros podem estar exercendo a reparação através de sua atividade de um modo onipotente e triunfante, enquanto que o professor de matemática pode estar ajudando crianças a “resolver problemas”. Então, não é possível responder facilmente à questão referente ao porquê de o sujeito escolher a marinha ou a aeronáutica, sem compreender qual o significado que essas atividades têm para ele, além da compreensão do que representam o mar, o ar, o navio e o avião para este sujeito.

É difícil compreender o que levou o indivíduo a realizar determinada escolha profissional e qual o significado que essa atividade tem, sem refletir sobre aspectos de sua formação enquanto sujeito, a herança geracional recebida e os legados que precisa cumprir em sua família.

De acordo com Lucchiari (1997), as profissões se transmitem “de pai para filho”, desde os tempos passados até os dias atuais, onde há famílias nas quais seus membros seguem a mesma profissão, após muitas gerações, formando uma “herança profissional”. A escolha do sujeito se inscreve numa descendência familiar, onde o passado vivido pela família é parte fundamental na construção das representações que o adolescente faz de si mesmo e de suas aptidões para ter

sucesso numa determinada profissão, assim como, o valor que ele dá para certas profissões.

A autora pontua que, quando o filho nasce, ele deve ocupar um lugar na filiação que, às vezes, pode incluir a expectativa de que ele venha a seguir uma determinada atividade profissional. As identificações com o grupo familiar e o valor que as profissões recebem, neste grupo, influenciam o adolescente. A escolha profissional é influenciada pela representação social positiva ou negativa da profissão exercida pelos pais, a relação destes com o trabalho, e pela forma como o filho identifica as atividades profissionais familiares. Ela está ligada às profissões das gerações anteriores e aos papéis desempenhados pelo adolescente na dinâmica familiar.

Não se pode negar a idéia de que o sujeito - seu psiquismo e sua história de vida - encontra-se influenciado por conteúdos do seu passado, vindos de gerações anteriores e o quanto está preso numa teia de significações transgeracionais inconscientes. Segundo Castro e Waideman (2005), os valores e padrões transmitidos pelas famílias de origem estão presentes em todos os momentos da vida do sujeito, inclusive nos momentos de crise, sendo a experiência criativa do novo que irá construir a nova cultura familiar. Os conflitos emergem e intensificam as trocas intergeracionais, aquecendo os diálogos. Desta forma, a superação da crise, dependerá da maior ou menor dificuldade da família para interagir.

Como foi discutido, anteriormente, o sujeito ocupa um lugar na teia geracional, sendo este determinado antes mesmo do seu nascimento e inscrito nas relações grupais pré-existentes. Segundo Pereira de Mello (2005), o grupo familiar é o espaço originário da intersubjetividade, antecede o sujeito singular e permanece estruturado por uma lei constitutiva. Os enunciados referentes às proibições fundamentais, as relações de desejo que estruturarão os vínculos, as identificações e o complexo edípico são apresentados neste conjunto intersubjetivo. Desta forma, o discurso dos pais é de grande importância na constituição do sujeito.

Filomeno (2005) acredita que todo ser humano possui uma missão familiar a cumprir, explícita ou implícita, grande ou pequena, possível ou impossível. Assim, o que foi legado a um indivíduo influencia de maneira poderosa toda a sua vida. À

medida que as pessoas nascem, ocupam determinado lugar e são investidas de expectativas que dão início ao cumprimento dos mandatos. Cada membro da família encontra-se subordinado às expectativas que vai cumprir, ampliar ou, de alguma forma, reagir a elas.